

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.352 - GO (2016/0111143-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
ADVOGADO : DIRCEU MARCELO HOFFMANN E OUTRO(S) - GO016538
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE GOIATUBA
ADVOGADO : JAMAR CORREIA CAMARGO E OUTRO(S) - GO008187

EMENTA

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. OFENSA AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ICMS. AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA EM RELAÇÃO ÀS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO. PRESCRIÇÃO. ART. 177 DO CCB/1916 E ART. 205 DO CCB/2002. PRECEDENTES. VERIFICAÇÃO DO DEVER DE RESTITUIÇÃO E DE SUAS PROVAS. ARTIGOS QUE FUNDAMENTAM A TESE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No que tange a suposta ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, verifica-se que o recorrente se limitou a afirmar, de forma genérica, que o Tribunal de origem não teria examinado a aplicação dos dispositivos invocados nos embargos de declaração, sem, contudo, indicá-los, deixando de demonstrar ainda como a incidência de referidas normas poderia levar à anulação ou à reforma do julgado, requisitos essenciais para o reconhecimento da negativa de prestação jurisdicional. Logo, a deficiência de fundamentação da irresignação impede o conhecimento do recurso especial, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia". Precedentes.

2. O Tribunal a quo, ao assentar que os créditos em questão não estão prescritos, decidiu de acordo com o entendimento pacificado desta Corte, no sentido de que o prazo prescricional das ações de cobrança propostas em relação às sociedades de economia mista concessionárias de serviço público é o ordinário de 20 anos, conforme previsto no art. 177 do CCB/1916, que foi reduzido para 10 anos pelo art. 205 do CCB/2002. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. A Corte *a quo* não manifestou, em suas razões de decidir, na exegese dos artigos 83 da Lei 4.320/1964, 131 e 364 do CPC/1973, ao fundamentar no dever de se restituir a municipalidade, razão pela qual incide na espécie a Súmula 211/STJ.

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na

conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

